

CRÔNICAS HISTÓRICAS SOBRE OS PORTUGUESES NO MAGREBE (SÉC. XV E XVI): FONTES PARA UM ESTUDO LEXICAL DO PORTUGUÊS MÉDIO

Elena Lombardo
Universidade de São Paulo
elenalombardo@usp.br

Resumo

Este trabalho apresentará algumas reflexões da pesquisa *Relatos do contato linguístico entre mouros e portugueses em Crônicas Históricas (séculos XV e XVI)*. Nesta, objetiva-se explorar a forma como os portugueses se relacionaram com a língua do “mouro” durante a ocupação do noroeste da África, através de um estudo das expressões usadas em Crônicas da época em referência aos territórios ocupados, aos seus habitantes e à língua aí falada. Discutiremos aspectos teóricos e metodológicos relativos à escolha das fontes para o *corpus*. Este inclui crônicas escritas em português entre os séculos XV e XVI, referentes diretamente a fatos acontecidos nestes séculos no Magrebe e disponíveis em versão impressa. Visando entender a sua relação com a realidade histórica em que se inserem, as Crônicas selecionadas foram complementadas por uma catalogação de metadados bibliográficos. Esta forneceu as bases para uma escolha consciente da melhor edição utilizável no estudo, contribuindo na formação de um *corpus* homogêneo e representativo. Além disso, a verificação do preenchimento das casas do campo bibliográfico (CASTRO, RAMOS, 1986) permitiu entender melhor a trajetória editorial de tais Crônicas, sugerindo a exploração do entrelaçamento - já proposto por Buescu (1999) e Saraiva (1998)- entre as suas vicissitudes editoriais e o estabelecimento de uma verdade histórica a ser transmitida enquanto memória oficial da Dinastia de Avis. Finalmente, a quantidade e a complexidade de dados recolhidos invalidou o uso de bases de dados tradicionais: foi necessário encontrar uma forma alternativa de visualização do *corpus* que proporcionasse a exploração interativa das relações entre os textos.

0. Introdução

Neste artigo discutem-se alguns aspectos teóricos e metodológicos ligados à construção de um *corpus* de fontes primárias em português. Trata-se de Crônicas Históricas Portuguesas sobre a ocupação portuguesa no noroeste da África nos séculos XV e XVI. Inicia-se contextualizando o trabalho efetuado no âmbito da pesquisa de Mestrado *Relatos do contato linguístico entre mouros e portugueses em Crônicas Históricas (séc. XV e XVI)*, que se propõe a conduzir um estudo lexical em um *corpus* de Crônicas, identificando itens e expressões usadas em referência à terra ocupada, aos seus habitantes e à língua por eles falada. Para introduzir este trabalho, é efetuada uma contextualização histórica e é destacada a falta de estudos que se questionem sobre o aspecto linguístico da convivência entre “mouros” e portugueses ao longo do período de ocupação do noroeste da África. Uma vez apresentadas as perguntas que movem a pesquisa, discute-se da escolha das fontes a serem utilizadas para a pesquisa e é fornecida uma definição de Crônica conforme os estudos que estão em fase de desenvolvimento no Grupo de Pesquisa em Humanidades Digitais. Foca-se, na segunda parte do artigo, na construção do *corpus* e em aspectos relativos à sua análise.

Nota: Ao longo do texto, a palavra “mouro” será utilizada em referência às populações árabes e berberes da costa norte-ocidental da África não por razões ideológicas, mas por fazer parte do patrimônio cultural e conceitual da época em análise, configurando-se como uma etiqueta dinâmica e ao mesmo tempo adequada ao contexto analisado: compartilho, neste sentido, as reflexões metodológicas expostas por Blackmore na introdução ao seu trabalho de 2008.

1. Os portugueses no noroeste da África

Em 1415, a expedição contra a cidade de Ceuta durante o reinado de D. João I marca o começo da ocupação portuguesa do Magrebe ocidental. Apesar dos custos de manutenção da cidade e dos problemas de defesa do território, o entusiasmo da guerra santa contra o mouro motiva a organização de ulteriores expedições, que têm majoritariamente resultados negativos. É apenas em 1458 que Alcácer-Ceguer é tomada por uma expedição comandada pelo conde D. Duarte de Meneses. Nos anos sucessivos, D. Afonso V empreende duas vezes a tentativa da conquista de Tânger, antes de conseguir ocupá-la em 1471, junto com Arzila. Após este evento, o Mulei Xeque, antigo senhor de Arzila, concorda com os portugueses uma paz de vinte anos. A estipulação deste tratado e, por outro lado, o aumento das hostilidades recíprocas entre os reinos marroquinos favorecem a instauração de relações de vassalagem entre os habitantes de algumas cidades costeiras e os portugueses. Safim, por exemplo, pede a proteção dos lusitanos em 1488. O período de relativa estabilidade favorece a intensificação dos comércios portugueses na parte meridional do Magrebe. O fim do período de paz, contudo, significa a retomada das hostilidades e uma série de ações dos portugueses em sentido expansionista, sendo exemplo destas a construção de fortificações como Santa Cruz do Cabo de Gué (1505), Mogador (1506) e Mazagão (1514). Em 1515, em celebração do primeiro centenário da conquista de Ceuta, D. Manuel I manda erguer uma fortaleza em Mamora. Esta última tentativa de fortificação acaba em fracasso e os portugueses são forçados a abandonar o lugar: é o sinal para o abandono progressivo das demais cidades. As únicas que permanecem em mãos portuguesas - Ceuta, Tânger e Mazagão - passam a serem administradas pela Coroa Espanhola no âmbito da União Ibérica (a partir de 1580).

Diante destes fatos, a estada dos lusitanos na costa norte-ocidental da África estende-se, pelo menos oficialmente, até 1769, data em que o Marquês de Pombal ordena a transferência de todos os habitantes da cidade de Mazagão para o Brasil.

As datas dos principais acontecimentos bélicos reportados pelos historiadores permitem observar que os portugueses são uma presença constante no Magrebe pelo menos ao longo de três séculos - entre 1415 e 1769 - e parece possível afirmar que mantiveram com os habitantes da região relações que não se limitaram à confrontação. Ao contrário, as fontes apontam para a manutenção de vínculos comerciais e pessoais com os mouros. No entanto, nenhuma fonte parece deter-se sobre um dos mais importantes aspectos quotidianos derivantes da convivência: como aconteceria a interação entre portugueses e “mouros”, falantes de árabe?

Por meio da leitura das Crônicas Históricas, a presente pesquisa pretende levantar a problemática linguística relacionada à permanência portuguesa no Magrebe, configurando-se como um estudo da mudança lexical do português no momento do seu contato com as culturas norte-africanas. De fato, em consequência do deslocamento territorial e da necessidade de lidar com novas realidades, o português falado e escrito na época dos feitos no Magrebe ter-se-ia adaptado ao novo contexto de uso - e neste processo de adaptação, o nível da língua mais atingido seria o lexical, conforme apontam geralmente os estudos de Linguística de Contato. Através do levantamento de itens lexicais, busca-se entender como os autores da época, em vários momentos da ocupação e em vários contextos, se referem ao mouro. Em específico, a leitura de fontes efetuada nas fases prévias da pesquisa sugeriu o estudo dos termos utilizados em referência ao território conquistado, aos habitantes e às práticas de comunicação entre as populações em contato (pois se trata de termos que se transformariam em decorrência de uma

mudança referencial), além do mapeamento dos termos de etimologia árabe.

2. As Crônicas Históricas Portuguesas como fontes¹

Ao longo da pesquisa, a aproximação ao objeto de estudo ocorreu através de um levantamento bibliográfico geral e de um mapeamento das fontes textuais sobre o assunto produzidas nos séculos de permanência portuguesa no noroeste da África. Esta primeira listagem destacou a Crônica História Portuguesa enquanto tipologia textual: trata-se de um conjunto temático de textos que se encontra ainda sem definição unívoca na literatura. Para preencher essa lacuna, no âmbito do Grupo de Pesquisa em Humanidades Digitais estão em fase de desenvolvimento estudos que levaram a uma primeira tentativa de definição.

Antes de proceder à descrição das fases de construção do *corpus*, é preciso deter-se brevemente sobre algumas observações que ajudem na compreensão desta tipologia textual.

2.1 Uma definição

Com base nas características destacadas pelos próprios cronistas a partir do século XV, as Crônicas Históricas Portuguesas podem ser definidas fundamentalmente como textos narrativos de tema histórico que pretendem se constituir como documentos confiáveis. Para permitir a comprovação da veracidade dos fatos narrados, o cronista escolhe eventos não muito recuados no tempo e segue uma prática de verificação das fontes escolhidas. Estas, por sua vez, podem variar de documentos escritos a relatos orais de testemunhos diretos, até à experiência pessoal. Quanto ao assunto, seria possível identificar dois tipos de Crônicas: se, em um primeiro momento, trata-se de criar uma memória histórica para sustentar o poder político da Dinastia de Avis, criando uma identidade coletiva portuguesa, já em um segundo momento a Crônica encarrega-se de descrever e mapear as novas realidades com as quais os portugueses se deparam ao longo de suas explorações geográficas. Apesar destas diferenças a nível de conteúdo, a característica fundamental da Crônica, que consiste na apresentação linear e cronológica dos fatos, não muda de forma consistente ao longo dos séculos.

2.2. Utilização nos estudos linguísticos

No âmbito dos estudos de Filologia e História da Língua, as Crônicas possibilitam o desenvolvimento de pesquisas complexas devido à extensão do texto e, por isso, à oportunidade de entender melhor as relações entre regularidade e variação linguística (BROCARDO, 1995). As Crônicas, ademais, destacam-se entre os documentos textuais pela sua dupla característica de texto informacional e fonte para estudos linguísticos, permitindo aliar o estudo da língua às suas características contextuais e limitando o perigo de analisar dados linguísticos desligados do seu contexto de ocorrência. Do ponto de vista metodológico, as Crônicas cobrem todas as fases da Expansão Portuguesa e asseguram continuidade aos estudos sobre este tema, inaugurando a descrição da exploração da costa da África e permanecendo no tempo como a “modalidade preferida de escrita histórica” (BLACKMORE, 2008, posição 22. Tradução nossa). Finalmente, trata-se de documentos disponíveis em edição digital *online*, fator que facilita bastante o desenvolvimento de pesquisas.

No caso específico da presente pesquisa, a Crônica é uma fonte adequada por se tratar de

1 Este parágrafo incorpora algumas reflexões que foram conduzidas no âmbito do grupo de pesquisa em Humanidades Digitais (<http://humanidadesdigitais.org/>) ao longo do 2º semestre de 2013 e estão reportadas em um artigo enviado para o VIII Boletim do Centro de Documentação em Historiografia Linguística (Cedoch) (<http://www.fflch.usp.br/dl/cedoch/publicacoes.htm>) em 3 de Março de 2014.

textos que, ao narrarem os feitos dos portugueses, contêm descrições do território, menções aos habitantes das cidades e à relações desenvolvidas entre eles – em suma, que descrevem, mesmo indiretamente, a situação político-cultural e as características da vida quotidiana nas cidades ocupadas. Além disso, como já foi ressaltado, permitem efetuar análises lexicais aprofundadas e asseguram continuidade metodológica à pesquisa. Trata-se também de documentos de fácil acesso, pois é uma tipologia geralmente disponibilizada *online* no *site* da Biblioteca Nacional de Portugal² e pelo projeto *Internet Archive*.

Os problemas eventualmente apresentados pelo trabalho com esta tipologia textual residem em três pontos, que se referem à confiabilidade do documento. Em primeiro lugar, destaca-se a confiabilidade a nível de conteúdo: de fato, a intenção encomiástica dos documentos oficiais implica frequentemente a exaltação de alguns aspectos factuais em detrimento de outros. O segundo grupo de problemas diz respeito às características da crônica enquanto fonte linguística. Por um lado, o fato de procurar sinais de uma mudança linguística ligada ao uso oral em uma fonte escrita e formal poderia parecer um paradoxo à primeira vista. Contudo, é preciso lembrar que não se trata de documentos de elevada fixidez estrutural (como seria um contrato), permitindo desta forma que mudanças a nível oral se manifestem também na linguagem escrita. Isso é particularmente válido para as Crônicas de cunho mais pessoal, como no caso de textos de memórias individuais. Por outro lado, é preciso considerar criticamente a autenticidade e homogeneidade do texto enquanto documento linguístico e a possível falta de edição crítica e/ou na dificuldade de acesso ao texto original. Neste sentido, a digitalização, transcrição, anotação e disponibilização *online* destes textos no âmbito de projetos de Humanidades Digitais é de fundamental importância para minimizar tal problema e favorecer o crescimento e ampliação de pesquisas linguísticas de vários tipos.

3. A composição do *corpus*

Para a formação do *corpus* de pesquisa, procedeu-se afinando os textos listados com base nas suas características formais e de conteúdo, conforme as fases descritas a seguir.

3.1 Crônicas dos séculos XV e XVI

Os textos definíveis como “Crônicas” redigidos em línguas ibéricas durante os séculos de permanência no noroeste da África são inúmeros. Uma primeira busca, através de referências contidas em outros textos ou em catálogos³ e através de uma busca pelo nome de personagens referidas no texto,⁴ identificou cerca de 25 títulos, aqui reportados.⁵

Anónimo, *Crónica de Santa Cruz do Cabo de Gué* (séc. XVI). Impresso.
 Anónimo, *Crónica do xarife Mulei Mahamet e d'el-rei D. Sebastião 1573-1578* (séc. XVI). Impressa
 António de SALDANHA, *Crônica de Al-Mançor* (séc. XVI-XVII). Impresso.

2 Doravante, BNP.

3 Entre outros, o texto de Cepeda (1995), e os catálogos da Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa e da BNP.

4 Este levantamento faz parte de um levantamento mais exaustivo que se propõe a recolher em um documento (“Fontes textuais primárias para a História dos portugueses no noroeste da África”) as referências a textos literários, historiográficos, de chancelaria régia e papal, relatos de viagens e roteiros marítimos sobre este contexto histórico.

5 Os dados contidos na tabela aqui apresentada foram incluídos em parte num artigo submetido à revista Estudos Linguísticos (<http://www.gel.org.br/estudos-linguisticos/>) em 2013.

<p>António de VAENA, <i>Chronica, e summario do cerco e combates de Mazagam</i> (século XVII). Manuscrito.</p> <p>António de VAENA, <i>Crônica del Rey D. Sebastião</i>, (1675). Impresso por Herculano que atribui erroneamente a autoria a Bernardo da Cruz.</p> <p>António de VAENA, <i>Crónica do Cardeal Henrique</i> (séc. XVII). Impresso.</p> <p>Bernardo RODRIGUES, <i>Anais de Arzila</i> (1561). Impresso.</p> <p>D. Fernando de MENESES, <i>Historia de Tangere, que comprehende as noticias desde a sua primeira conquista até a sua ruína</i>, (séc. XVII). Impresso em tradução espanhola.</p> <p>D. Fernando de MENESES, <i>Vida e ações de el-rei D. João I, oferecida à memoria póstuma do Sereníssimo Príncipe D. Teodósio</i>, (séc. XVII). Impresso.</p> <p>D. Jerónimo de MASCARENHAS, <i>Historia de la ciudad de Ceuta. Sus sucessos militares, y politicos; Memorias de sus santos y preladados, y elogios de sus capitanes generales</i>, (1684). Impresso.</p> <p>Damião de GÓIS, <i>Crônica do felicíssimo rei D.Manuel</i> (1566-67); <i>Crônica do Príncipe D. João</i> (1567). Impressos</p> <p>Francisco de ANDRADE, <i>Crônica de D.João III</i>, (séc. XVI-XVII). Impresso.</p> <p>Frei João ÁLVARES, <i>Crônica do Infante Santo D. Fernando</i> (séc. XV). Impresso.</p> <p>Garcia de RESENDE, <i>Crônica de D.João II</i> (1545); <i>Vida e Feitos del-rei D. João II</i> (1545). Impressos.</p> <p>Gomes Eanes de ZURARA, <i>Crônica da Tomada de Ceuta</i> (1450); <i>Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné</i> (1453); <i>Crônica do Conde D.Pedro de Meneses</i> (1463); <i>Crônica do Conde D.Duarte de Meneses</i> (1468). Impressos.</p> <p>Jerónimo OSÓRIO, <i>Da vida e feitos del-Rey D. Manoel</i> (século XVI). Impresso.</p> <p>João de BARROS, <i>Décadas da Ásia</i> (1552, 1553, 1615). Impressos.</p> <p>José Pereira BAIÃO, <i>Crónica del-Rey D. Sebastião</i>, (séc. XVIII). Impresso. Atribuída erroneamente a Manuel de Menezes.</p> <p>Luís de SOUSA, <i>Anais de D.João III</i> (1632). Incompleto; impresso.</p> <p>Manuel de MENEZES, <i>Chronica de D. Sebastião</i> (século XVII). Manuscrito incompleto da Biblioteca do Mosteiro de Alcobaça.</p> <p>Rui de PINA, <i>Crônica de D. Duarte; Crônica de D. Afonso V; Crônica de D.João II</i> (todas compostas no século XVI). Impressos.</p>
--

Tabela 1. Crônicas Históricas referentes à ocupação portuguesa do noroeste da África.

Dentro deste conjunto, podem-se identificar algumas características que ajudam na seleção dos textos mais relevantes para os fins imediatos da pesquisa. Em primeiro lugar, podem ser excluídos os que não dispõem de edição impressa e outros que, apesar de estar em conformidade com as limitações temporais escolhidas, não tratam diretamente da história das praças-fortes marroquinas. Assim, após esta primeira seleção, ficaram os textos definíveis como “Crônicas Históricas” escritas e disponíveis em língua portuguesa entre os séculos XV e XVI, referentes diretamente a fatos acontecidos nestes mesmos séculos em praças-fortes marroquinas e disponíveis em edição impressa. Trata-se de:

- o núcleo de Crônicas de Zurara (redigido entre 1450 e 1468);
- os *Anais de Arzila* de Bernardo Rodrigues (1561);
- a *Crônica de Al-Mançor* de António de Saldanha (séc. XVI-XVII);
- a *Crônica do xarife Mulei Mahamet e d’elrei D. Sebastião 1573- 1578* (séc. XVI).
- a *Crônica de Santa Cruz do Cabo de Gué* (séc. XVI)

3.1 Textos e contextos

Estes títulos ainda constituem um *corpus* bastante extenso, cujas características contextuais – os fatos históricos, geográficos e culturais que o rodeiam, a tradição com a qual dialoga em contínua oscilação entre inovação e manutenção – constituem variáveis que poderiam influenciar a escolha do vocabulário ao longo da narração. Para conhecer melhor essas características, decidiu-se compilar uma base de dados bibliográfica que indicasse, para cada título incluído, os seguintes dados:

- As fontes manuscritas; data de cópia; localização; descrição material sucinta; disponibilidade *online*.
- As edições impressas elaboradas a partir das fontes manuscritas e a sua localização atual; seu conteúdo e número de páginas.⁶
- As sucessivas eventuais edições *fac-similares*, (semi) diplomáticas, críticas e de divulgação, acompanhadas por editor, datas e local de publicação.
- A indicação da existência de versões digitalizadas do texto e a sua disponibilidade *online* – dado que se configurava como o pressuposto fundamental do acesso aos documentos.

O catálogo foi criado em quatro etapas. Em uma primeira fase, pesquisaram-se em obras de referência informações de tipo geral sobre o autor e a crônica, situando-os em um contexto histórico. A partir destes primeiros dados, o título da crônica e seus exemplares foram procurados em fontes secundárias (em prevalência artigos acadêmicos) e terciárias (listas bibliográficas e catálogos de bibliotecas em papel ou *online*). No caso das crônicas de Zurara, a fonte principal foi a base de dados do projeto *PhiloBiblon*⁷ da Universidade de Berkeley, em que são coletadas informações referentes a textos medievais e renascentistas escritos em romances vernáculos da península ibérica. Em outros casos, recorreu-se aos catálogos da BNP, da Academia de Ciências de Lisboa e da Biblioteca Nacional de Espanha. A existência de edições *online* ou consultáveis na biblioteca da Universidade de São Paulo, por outro lado, proporcionou o acesso ao texto e à introdução do editor, permitindo compilar uma primeira listagem dos manuscritos. Os dados foram depois conferidos em catálogos *online* ou em listas bibliográficas. Os textos disponíveis *online* foram visualizados por sua vez, para conferir as informações contidas nos catálogos. O inteiro procedimento foi repetido e explorado para obter dados confiáveis. Finalmente, após ter localizado todos as edições existentes, foi necessário efetuar uma viagem a Portugal para obter as crônicas lá disponíveis. A leitura das introduções dos editores e uma primeira verificação do próprio texto ajudou a completar a catalogação e a verificar a qualidade das edições; foi assim possível escolher definitivamente quais textos fariam parte do *corpus* e adquiri-los - em papel ou em formato digital, conforme a disponibilidade.

Atualmente, os dados recolhidos encontram-se em um arquivo *Excel*, mas a quantidade e a complexidade de dados recolhidos em pesquisas deste tipo não podem contar com o uso de bases de dados tradicionais como as folhas de cálculo. De fato, estas disponibilizam meros

6 Importa lembrar que não foram considerados na catalogação dados relativos a edições antologizadas das crônicas, nem adaptações para públicos específicos (como no caso da *Crônica da Conquista da Guiné*, que foi publicada pela Agência Geral das Colônias em 1944 como “adaptação para rapazes”), tratando-se de tipologias que não interessariam para a pesquisa. Cabe ressaltar que antologizações e adaptações foram localizadas apenas no caso da *Crônica da Tomada de Ceuta* e da *Conquista da Guiné*, fato que se reveste de importância, como veremos. Igualmente, não foram considerados na catalogação os exemplares manuscritos perdidos ou desconhecidos, a não ser que dispusessem de uma descrição que substituísse de alguma forma o seu conhecimento direto.

7 <http://bancroft.berkeley.edu/philobiblon/>

lugares de armazenamento de informação, aumentando assim o perigo de se levantar grandes quantidades de dados que são depois colocados em circulação sem passar por uma fase de análise. Ao explorar a base de dados, efetua-se um tipo de leitura que consiste em uma navegação vertical ou horizontal puxando o conteúdo de um lado para o outro da tela do computador, impossibilitando uma visão de conjunto. As únicas formas de processamento e visualização da informação consistem na criação de *pie-charts*, gráficos de barras ou cartesianos - imagens estáticas que não conseguem dar conta da complexidade das relações semânticas intercorrentes entre os dados. Desta forma, fez-se necessário encontrar uma forma alternativa de processamento e visualização de informação, que proporcione a exploração interativa das ditas relações, apontando, para além daquelas que poderiam ser óbvias a um primeiro olhar, para outras que não apareceriam em uma simples listagem. Este tipo de interatividade é proporcionada pela representação por ferramentas digitais que processam e permitem a visualização do *corpus* através de *grafos*.

3.3. Aspectos filológicos da composição do *corpus*

Ao longo da catalogação, encontraram-se algumas dificuldades que remetem a aspectos teóricos de Filologia. Um primeiro problema surgiu durante a consulta de catálogos *online*, que muitas vezes não estão atualizados e podem conter informações incompletas ou já antiquadas: alguns reportam descrições codicológicas superficiais ou não padronizadas, outros classificam os códices por cotas novas e não contém referência à cota antiga, outros ainda nem reportam o documento em questão. Estes problemas foram resolvidos após algumas tentativas. Lembraremos aqui o caso da descrição do tipo de “letra” dos manuscritos catalogados: no site do projeto *PhiloBiblon* há esta informação, mas trata-se de uma classificação superficial, que distingue apenas entre cursiva e alguns tipos de gótica. Ao visualizar os documentos digitalizados e compará-los com as informações reportadas no catálogo, notou-se que esta classificação não satisfaz a variedade de grafias encontradas. Assim, seria necessário encontrar uma denominação suficientemente precisa para dar conta das diferenças entre um manuscrito e o outro sem se aprofundar demasiadamente na análise de cada letra.

Quanto à catalogação das versões impressas, o problema que cabe destacar foi o estabelecimento do parâmetro “tipo de edição” disponível. Em alguns casos, os próprios autores definem o tipo de edição já no subtítulo da crônica (edição crítica, diplomática, semidiplomática, etc.), mas nem sempre parece ter homogeneidade nos critérios que definem cada edição. Assim, edições baseadas em *codex unicus* se autodefinem como “edições críticas”, como é o caso da *Crônica do Sultão Malei Mahamet* ou da *Crônica de Al-Mançor*. Para evitar confusões terminológicas no catálogo, decidiu-se adotar a proposta de Brocardo (op. cit.), que resolve utilizar a expressão “texto crítico” quando se trate de estabelecer o texto de um único códice, mas o editor não se limita a efetuar uma edição diplomática. Dentro de cada edição escolhida, o grau de intervenção e modernização dependerá do editor, e será necessário entregar-se ao aparato crítico e à introdução para ter uma ideia da confiabilidade do texto enquanto documento linguístico. Assim, a primeira informação necessária para reportar este parâmetro na nossa catalogação foi o conhecimento das fontes de base: quando se tratasse de texto baseado em *codex unicus*, foi o caso de escolher entre “edição fac-similar”, “edição (semi) diplomática” e “texto crítico”; no caso de edições para as quais houve um cotejo e uma decisão crítica entre as variantes, falou-se, além das outras edições, em “edição crítica”. Além disso, no caso da edição de 1644 da *Crônica da Tomada de Ceuta* não foi explicitado o tipo de edição por se tratar de uma publicação antiga.

4. Descrição do *corpus*

Segue a exposição dos principais dados levantados, na qual destacamos algumas características dos textos que servirão de base para uma reflexão sobre a função dos documentos na época de sua produção e ao longo da sua transmissão manuscrita, impressa e digital. Para cada texto, reporta-se o número de manuscritos e algumas informações que sugeriram a motivação da sua digitalização. Quanto aos exemplares impressos, detemo-nos sobre as datas, o tipo de edição e o contexto de publicação.

Por comodidade, dividimos os textos em dois grupos, com base nas motivações da sua redação inicial. Assim, o núcleo de crônicas de autoria de Zurara constitui o sub-*corpus* de fontes oficiais, a crônica de Saldanha e a anônima representam o ponto de vista dos indivíduos; o texto de Bernardo Rodrigues, apesar de poder-se situar entre os dois conjuntos, será classificado no segundo.

4.1 A voz da oficialidade: o primeiro sub-*corpus*

A *Crônica da Tomada de Ceuta* representa o texto de acesso à História dos Portugueses no Marrocos, pois descreve o primeiro momento oficial das operações no noroeste da África. Composta entre 1449 e 1450 - mais de trinta anos depois dos fatos nela relatados - a Crônica foi concebida como parte conclusiva da *Crônica de D. João I* deixada incompleta por Fernão Lopes. Para fundamentar a sua narração, o autor afirma servir-se de relatos de pessoas que participaram diretamente dos fatos narrados, e de apontamentos tomados por ele próprio ao longo dos anos.⁸ Esta metodologia é referida no capítulo III, em que Zurara identifica como suas fontes os relatos de “pessoas autorizadas, que assistiram aos conselhos e tomaram parte na execução da empresa, principalmente dos infantes D. Pedro e D. Henrique” (*apud* PEREIRA, 1915: XXIV). Em razão de a crônica ter sido concebida como parte conclusiva de um texto preexistente, a descrição da conquista da cidade não ocupa muito espaço no total da obra, sendo que a maior parte dos capítulos é dedicada aos preparativos da expedição, com amplo destaque às figuras de D. João I e do Infante Henrique.

Da Crônica conhecem-se 32 exemplares manuscritos, que remontam aos séculos XVI e XVII e cobrem até ao século XIX, e estão hoje disseminados em várias bibliotecas do mundo. Cinco exemplares foram digitalizados. O manuscrito do Arquivo Nacional da Torre do Tombo identificado pela cota Crônicas, 10, foi descrito por Pereira (1915): trata-se do mais antigo conhecido, um rico códice iluminado que data entre 1475 e 1525. A qualidade do exemplar e a sua datação no geral sugerem que se tratasse de um livro destinado a uma biblioteca importante.

Está disponível *online* também o MS Port. 21 da Houghton Library da Universidade de Cambridge, descrito pela primeira vez por Blackmore (1958). Parece uma cópia pouco sucessiva à época do primeiro manuscrito, mas muito menos cuidada, em “exuberante letra cursiva” (BLACKMORE, *op. cit.* Tradução nossa). Não parece ter lacunas significativas, mas há na sequência de folhas uma irregularidade devida provavelmente ao fato de terem sido reencadernadas: a hipótese de Blackmore é que se trate de dois manuscritos juntados sucessivamente. Remete-se ao artigo dele para uma descrição mais aprofundada.

O códice Crônicas, 9 do ANTT data da primeira metade do século XVI e está descrito em Pereira (1915), que afirma que o texto está completo, mas em alguns pontos aparecem lacunas

8 Presume-se que ele tenha começado a escrever apontamentos e memórias sobre os fatos já em precedência ao pedido de D. Afonso V, tendo-os utilizado sucessivamente (PEREIRA, 1915).

preenchidas sucessivamente pela mesma mão.

O códice Crônicas, 14 do ANTT é também da primeira metade do século XVI, e o Códice ALC. 317 da BNP, por sua vez descrito por Pereira (1915), remonta ao século XVII.

A *Tomada de Ceuta* é a única crônica do *corpus* impressa relativamente pouco depois da sua redação. De fato, foi publicada em 1644 junto à *Crônica de D. João I*. A edição, levada a cabo por António Álvares, impressor do rei, e por diligência de D. Rodrigo da Cunha, Bispo do Porto, reporta as licenças dos órgãos censores.⁹ As motivações do veredito positivo sobre o texto podem servir como ponto de partida para uma reflexão sobre a necessidade de se divulgar o texto nessa época. Na primeira licença, por exemplo, diz-se que a Crônica contém “muitos exemplos de extraordinario valor, que podem feruir de motiuo aos Portuguezes defte noffo tempo” (ZURARA, 1644). Em 1644, Portugal tinha acabado de voltar sob a administração dos monarcas portugueses após o sucesso das guerras de Restauração. Uma breve pesquisa nos catálogos de livros publicados em Portugal no século XVII destacou em prevalência títulos de textos religiosos e relatos de feitos bélicos contra espanhóis.¹⁰ Comparando este primeiro conjunto com os títulos publicados no séc. XVI, destaca-se a ausência de títulos de obras de caráter político no período precedente, sendo que a última crônica oficial (a *Crônica do Príncipe D. João de Damião de Góis*) tinha sido publicada em 1567, antes da União Ibérica. Estes dados sugerem então algumas perguntas: teria a dominação espanhola silenciado a imprensa portuguesa, apagando os traços nacionalistas da produção historiográfica? Por sua vez, a ausência de publicações de caráter historiográfico neste século significa realmente o silenciamento da produção historiográfica? Sabemos que não: os próprios títulos levantados na fase inicial do nosso projeto demonstram uma rica produção, que teria circulado de forma manuscrita. Como afetaria então a interrupção da publicação na circulação e divulgação dos textos? Seja como for, a decisão de se publicar no momento sucessivo à Restauração um texto de forte caráter nacional (SARAIVA, 1998), que relata o primeiro sucesso da Coroa portuguesa no além-mar, assume uma forte dimensão simbólica. Estas primeiras observações motivam então um estudo mais aprofundado das características da produção impressa e da circulação do manuscrito durante a dominação espanhola e no período imediatamente sucessivo, para entender melhor as razões de publicação dos textos historiográficos portugueses nesta época.

Voltando ao histórico editorial, a publicação de 1900 consiste em uma reimpressão da edição de 1644 publicada na *Biblioteca dos Clássicos Portuguezes*, não parecendo ter interesse aos fins da presente pesquisa. Trata-se, de fato, de uma versão de difusão que se limitou a modernizar o léxico e a grafia da primeira edição. Ainda assim, caberia efetuar um cotejo dessa edição com a sua correspondente de 1644, verificando o nível de modernização e a fidelidade ao texto original para entender melhor a motivação da sua republicação. Em 1915, no contexto das *Edições Comemorativas do Quinto Centenário da Conquista de Ceuta*, a crônica foi publicada novamente por Pereira, que se baseou nos manuscritos 368 e 355 do ANTT (hoje mss. Crônicas, 10 e Crônicas, 9). Apesar de a sua publicação estar fortemente ligada a um contexto de celebração do imperialismo português na África, a introdução histórica de Pereira mantém-se em um tom bastante neutro, diferentemente do que acontece, por exemplo, com a edição de Bragança

9 O texto digitalizado está disponível no site da BNP e no da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, entre outros. Quanto à bibliografia, destaca-se a falta de estudos filológicos que tenham por objeto esta edição.

10 Este levantamento será aprofundado ao longo do desenvolvimento da pesquisa, de forma a suportar e discutir a hipótese aqui levantada.

da *Crónica da Conquista da Guiné*. Além de descrever profundamente os testemunhos utilizados para a edição, Pereira fornece uma rápida descrição dos demais manuscritos então conhecidos e chega a supor a existência de outros que, de fato, viriam a ser descobertos mais tarde. Em resumo, a edição parece bastante completa e confiável; a nível filológico o grande defeito é evidentemente não incluir no cotejo manuscritos que viriam a ser descobertos mais tarde, como é o caso do MS Port. 21. Tirando este aspecto, esta edição é a referência para qualquer estudo que pretenda abordar o texto do Zurara a partir do impresso, e encontra-se digitalizada no site do *Internet Archive*. Finalmente, a edição mais recente remonta a 1992, mas é apenas uma edição divulgativa que parece limitar-se a retomar o texto do Pereira e adaptá-lo para um mais amplo público.

Como se viu, a falta de edições recentes que considerem manuscritos desconhecidos na época em que Pereira escreve (a nova edição anunciada por Blackmore em 1985 nunca foi publicada) constitui um problema grave para os linguistas que visam estudar este texto. Apesar disso, o texto de Zurara é um dos mais estudados e a sua importância histórica é incontestável.

A *Crônica do conde D. Pedro de Meneses* foi composta entre 1489 e 1463, e foi concebida como continuação da *Tomada de Ceuta*, da qual aproveita bastante material (BROCARD, 1995). Conforme o próprio autor afirma no primeiro capítulo, foi encomendada por D. Afonso V para que se houvesse memória dos feitos do Conde que foi governador de Ceuta entre 1415 e 1437. Compõe-se de quarenta capítulos em que a narração se concentra em prevalência em fatos de guerra e escaramuças entre “mouros” e cristãos.

Desta crônica conhecem-se atualmente catorze manuscritos, a maioria dos quais se encontra em bibliotecas portuguesas, um na Biblioteca Nacional de Espanha e um em Ceuta. Apenas o manuscrito da Biblioteca Nacional de Espanha foi digitalizado e disponibilizado *online*: trata-se do MSS 2428, que data do século XVII e é citado por Dias Dinis (1949).

A crônica foi publicada pela primeira vez pelo abade Correia da Serra em 1792, quando da fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa, na *Coleção de Livros Inéditos Portugueses de História Portuguesa*. Esta coleção objetivou recolher uma série de documentos para a História Portuguesa, que viriam a ser aproveitados sucessivamente durante o Iluminismo (MARQUILHAS, 1991). Além deste texto, Correia da Serra publicou a *Crônica del-rey D. João II* de Rui de Pina, a *Crônica do Conde D. Duarte* de Zurara e documentos jurídicos. A edição foi considerada bastante cuidadosa por Brocardo (op. cit.), mas já ultrapassada no que diz respeito à escolha dos textos de base. Assim, segundo a própria Brocardo, “se a edição [...] não é aproveitável enquanto transmissão do português escrito do séc. XV-XVI, constitui objeto para um estudo dos hábitos editoriais do século XVIII”. O texto abre-se com uma breve introdução, na qual o editor apresenta o autor e a sua obra e identifica os manuscritos usados para a edição, sem contudo falar dos critérios utilizados para a transcrição. O livro está digitalizado e disponibilizado *online* no site do *Internet Archive*. Em 1988, o texto foi fac-similado por José Adriano de Freitas Carvalho; por sua vez, o texto do Carvalho foi recentemente digitalizado e digitado por Nuno Campos no âmbito de um projeto da Universidade de Évora¹¹. A sucessão de reproduções, além de testemunhar a mudança das técnicas de reprodução de um texto ao longo dos anos, aponta para uma consolidada autoridade da primeira versão impressa da obra. Em 1990, António Manuel Lázaro defendeu na Universidade Nova de Lisboa uma dissertação de Mestrado em que propõe uma edição diplomática e crítica da *Crônica*. Esta foi fortemente criticada por Brocardo (op. cit.),

11 http://www.cidehus.uevora.pt/textos/fontesul/fsul_presenting.htm

que por sua vez publicou, em 1997, uma edição crítica pela Fundação Calouste Gulbenkian. O texto transcrito pela estudiosa pode ser pesquisado *online* no Corpus Informático do Português Medieval,¹² mas não parece ser visualizável, nem inclui a introdução e o estudo da editora. Desde a proposta de Brocardo não houve nenhuma nova tentativa de estabelecimento do texto.

A terceira “crônica marroquina” de Zurara, a *Crônica do conde D. Duarte de Meneses* (1462 -1468), é centrada na figura do capitão de Alcácer-Ceguer e das guerras no noroeste da África entre 1437 e 1464. O texto foi pedido por D. Afonso V, logo em seguida à morte do Conde D. Duarte durante um confronto com os mouros na serra de Benacofu. O pedido, conforme lembra Fernandes (2007), faz explícito o desejo do rei de reparar ao erro tático que tinha levado à morte prematura do Conde, cujo nome seria então perpetuado na escrita. Assim, se por um lado a razão principal de sua redação e os eventos narrados parecem fazer deste texto mais uma fonte oficial, por outro lado é interessante lembrar como, em seguida às fortes críticas movidas pelos nobres e os fidalgos, o autor decidiu mudar-se para o norte da África com o objetivo de se documentar diretamente sobre os acontecimentos que ia relatar. Não apenas visitou os lugares que inclui na sua narração, acompanhando as cavalgadas dos portugueses que habitavam a cidade, como também deu espaço aos testemunhos de pessoas comuns (soldados, mouros, ...), conforme reportado no capítulo LX:

Eu depois a alguis mouros cõ que faley daquelles que esteuerõ naquelle cerco estando eu la ã terra dAfrica pera screuer esta estorea onde me trabalhaua muyto falar cõ elles pera saber melhor seus feitos, e isto por elle s uijrẽ algũas uezes a Alcacer. Outros saindo eu cõ o conde dõ Henrique sobre paz a trautar algũas cousas com elles todos me dizyam que lhes nõ parecerõ aquelles cauillos que sayã de cerco, mas que uijnham dalgũas aldeas abastadas onde esteuerom a pensar, a qual uista os fezera de todo desconfyar de sse poder por aquela uez tomar a uilla (*Crônica do Conde D. Duarte de Meneses*, Capítulo LX, p. 84).

Desta forma, apesar de ter sido concebida em ambiente oficial com o objetivo de perpetuar a voz da autoridade, a mudança do autor para a África deve ter implicado um deslocamento de ponto de vista que enriqueceu o texto de forma indireta.

Os manuscritos hoje conhecidos são nove, dos quais apenas o mais antigo e mais íntegro está disponibilizado *online*.¹³ Trata-se do mss. 520 [Casa Forte], que contém a carta de D. Afonso V a Zurara (transcrita em coluna única, com letra mais cursivizada em tinta preta). Como no caso da *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses*, a primeira edição do texto é do abade Correia da Serra, que, desconhecendo o mss 520, se baseou em um manuscrito atualmente desaparecido, o de São Lourenço. Em 1978 foi publicada a tese de Larry King, uma edição diplomática do ms. 520. A última edição é uma edição semidiplomática apresentada como tese de Doutorado em 2007 por Adriano Fernandes.¹⁴ Esta se baseia no mss. 520, anotando as diferenças entre este, a edição impressa do Abade José Correia da Serra, e a edição de Larry King. A dissertação, introduzida por um amplo estudo histórico da Crônica, está disponível *online* no repositório da

12 www.cipm.unl.pt

13 Este levantamento será aprofundado ao longo do desenvolvimento da pesquisa, de forma a suportar e discutir a hipótese aqui levantada.

14 Desenvolvido na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, sob orientação do Prof. Doutor José Barbosa Machado.

Universidade e o texto editado foi sucessivamente publicado pela Vercial, estando, por sua vez, disponível *online* em formato digital.

A *Crónica da Conquista da Guiné*, finalmente, foi um texto descoberto relativamente tarde (na primeira metade do século XIX), mas que logo despertou o interesse geral e foi objeto de inúmeros estudos, quer textuais, quer historiográficos. A sua importância está ligada principalmente ao retrato do Infante D. Henrique que emerge na narração. Dele temos cinco manuscritos: entre estes, o mss. Valentim Fernandes da Biblioteca de Munich está digitalizado e disponível *online*.¹⁵ O primeiro remonta ao século XVI; encontra-se em um códice que contém outros documentos relativos às explorações da costa da África e é escrito em letra cursiva, preta, pouco cuidada. Apesar do número relativamente limitado de manuscritos disponíveis, em pouco mais de cem anos foram publicadas cinco edições diferentes, das quais duas foram reeditadas e ampliadas. O estudo do histórico editorial apontou para a publicação do Visconde da Carreira como principal referência para as edições sucessivas, tendo sido retomada e comentada em todas as outras tentativas de estabelecimento do texto. A edição de 1973 de José de Bragança, apesar de conter uma introdução pouco objetiva em alguns pontos, é a única feita por um linguista e parece a mais completa, integrando a primeira e mais autoritária leitura do Visconde de Carreira com novas observações e estudos.

Em conclusão, as quatro Crônicas agora descritas dispõem de uma boa tradição manuscrita. Em casos específicos como o da *Crónica de D. Duarte de Meneses*, trata-se de uma tradição mutilada, faltando em todos os testemunhos alguns capítulos específicos sobre a transição entre o reinado de D. Duarte e o de D. Afonso V. Em geral, pode-se dizer que se trata de textos bastante documentados e muito estudados em âmbito acadêmico.

4.2 Os percursos individuais: o segundo sub-corpus

Se o conjunto de crônicas zurarianas é portador da voz da oficialidade, os textos de Rodrigues, de Saldanha e a crônica anônima poderiam trazer para a análise o ponto de vista dos particulares sobre a História, já que se trata de relatos em primeira pessoa de indivíduos que participaram diretamente dos fatos narrados. A primeira crônica é o relato das experiências de um soldado de Arzila, enquanto as outras duas são narrações de prisioneiros: a primeira de um fidalgo que morou em Marraquexe, a segunda, de um homem de armas que foi preso após a batalha de Alcácer-Quibir e morreu cativo em Fez.

Escritos por Bernardo Rodrigues, que nasceu em Arzila e combateu no território setentrional do Marrocos,¹⁶ os *Anais de Arzila* são memórias pessoais que deveriam servir como testemunho dos “asinalados feitos” (RODRIGUES, *apud* LOPES, 1915, p. IX) dos portugueses nesta cidade. É hipótese de Lopes (1915) que, depois de 1560, data do abandono da cidade pelos portugueses, o último capitão de Arzila, D. Francisco Coutinho, tenha encomendado a Rodrigues de dar uma forma mais definitiva às notas e apontamentos anteriormente coletados no Marrocos. Esta modalidade de redação é fundamental para o entendimento do texto e de suas características, pois não se trata um escritor profissional como no caso de Zurara: Bernardo Rodrigues foi homem “criado para a guerra e não para as letras” (LOPES, *op. cit.*, p. XII). Se isso, por um lado, prejudica em alguns pontos a fluência do texto, por outro lado, permite que reações genuínas, ideias e sentimentos do autor apareçam na narração. Quanto às fontes utilizadas

15 Segundo as informações do Projeto PhiloBiblon, também o mss. 2424 da BNM deveria estar disponível, mas o link à digitalização remete a um códice de correspondência régia da época de D. João III.

16 Esta e as informações seguintes são extraídas da introdução de Lopes (1915).

e à veracidade dos fatos narrados, o autor insiste em afirmar que relata fatos aos quais assistiu pessoalmente, contando com o testemunho de outras pessoas quando a sua memória falhasse. O texto, em quatro volumes, foi transmitido de forma manuscrita até ao século XVIII; atualmente, dispõe-se de seis manuscritos guardados em bibliotecas portuguesas, nenhum dos quais encontra-se digitalizado. A primeira e única publicação remonta a 1915, em edição crítica de David Lopes. Esta, publicada em ocasião do Quinto Centenário da Conquista de Ceuta, contém mapas do território circunstante a Arzila, fotografias modernas da cidade, uma introdução sobre o autor e a sua obra e a descrição dos códices existentes. Como no caso da edição da *Crónica da Tomada de Ceuta* de Pereira, apesar das características do contexto de publicação, Lopes mantém um tom neutral ao longo de seu estudo. O texto está disponível *online* no site do *Internet Archive* e foi reimpresso pela Nabu Press em 2010, em edição fac-similar.

Da crônica de Saldanha temos também uma única edição impressa, um estudo crítico de António Dias Farinha publicado em 1997, acompanhado pela tradução francesa de Léon Bourdon. Trata-se do relato das experiências de um fidalgo filho de um governador de Tânger. António de Saldanha ficou prisioneiro do Sultão Al-Mançor em Marraquexe durante catorze anos (entre 1592 e 1606), mas as suas condições de cativo sempre foram bastante favoráveis, tanto que a sua habitação se tornou ao longo dos anos um centro de reuniões e convivência da comunidade de portugueses habitantes na cidade. Em Marraquexe, de fato, o sultão tinha integrado os cristãos convertidos na vida quotidiana da corte, enquanto deixava que os demais prisioneiros continuassem a exercer a própria religião dentro dos limites de respeito ao islamismo (DIAS FARINHA, 1997). A Crônica relata aspectos da vida quotidiana nesta cidade, focando pormenorizadamente nos acontecimentos políticos. Trata-se de um ótimo ponto de partida para um estudo sobre as formas de intercâmbio cultural (devido ao ponto de vista original que sustenta o texto inteiro) e de uma ótima fonte linguística (devido ao cuidado com a forma definitiva do documento, que o próprio autor revisou ao voltar para Portugal). Existem atualmente dois manuscritos do texto, ambos em Lisboa. O primeiro, o mss. 481 da BNP, é o mais antigo e, como dissemos, foi com certeza revisado pelo próprio autor, que corrigiu erros do copista (em prevalência topônimos e calques do árabe, de acordo com Dias Farinha) e controlou a redação definitiva. O segundo, o M-VI-18 da Casa Cadaval, parece ser uma cópia sucessiva, pouco cuidada no que diz respeito a estes mesmos aspectos gráficos. Infelizmente, não existem versões digitalizadas desta obra.

A *Crónica do xarife Mulei Mahamet e d'el-rei D. Sebastião* não tem ainda uma atribuição autoral segura. Sabe-se que foi escrita por um homem de armas “criado” do Prior do Crato e que ficou prisioneiro em Fez após a derrota de Alcácer-Quibir. Cronologicamente, a narração cobre os anos de 1573 até 1578. A desventura que se abateu sobre o autor levou-o a um profundo ressentimento para o desaparecido D. Sebastião, que é criticado fortemente ao longo do texto. Atualmente, são conhecidos dois manuscritos: o primeiro, o mss n. 41 da série 2422 da Biblioteca Nacional de Espanha, está digitalizado e encontra-se *online*. Fazem parte do códice também outros documentos da época de Felipe II, redigidos em espanhol e português. O códice é escrito em letra regular do século XVI, distribuído em vinte e três capítulos que parece precisassem ainda de uma revisão definitiva, faltando-lhe os títulos de alguns capítulos e alguns dados assinalados no texto por reticências (LOUREIRO, 1987). O segundo códice, o 13282 da BNP, não parece estar descrito. Trata-se de um códice não digitalizado, mas que, conforme os dados reportados no catálogo da BNP, contém a *Crónica de D. Sebastião* de António de Vaena, erroneamente atribuída a frei Bernardo da Cruz, entre outros documentos. O mss. da Biblioteca

Nacional de Espanha foi impresso apenas em 1987, em edição de Sales Loureiro, que parece desconhecer – ou simplesmente ignorar - o segundo manuscrito. Na própria introdução à edição, o editor afirma ter publicado, nos anos anteriores, uma série de documentos para a História Sebástica. A publicação da crônica anônima insere-se então neste contexto e o texto parece revestir-se de importância aos olhos do editor apenas como fonte sebástica: o editor é mais interessado em corrigir e justificar as afirmações anti-sebásticas do autor e os aspectos originais do seu trabalho do que a apresentá-los objetivamente. A descrição do códice é muito rápida e o autor menciona esquematicamente os procedimentos adotados para a transcrição.

Finalmente, a *Crônica de Santa Cruz do Cabo de Gué* é um texto que relata a história da cidade de Santa Cruz de 1505 a 1541. O autor, um fidalgo anônimo crescido no Marrocos, ficou cativo dos mouros no momento da queda da praça, em 1541. De volta a Portugal, deparando-se com a falta de reconhecimento do valor dos soldados que tinham combatido na cidade, resolve escrever a crônica, baseando-se em memórias pessoais e relatos ouvidos ao tempo do cativo. Quanto à tradição textual, o único manuscrito conhecido (ALC, 119) foi publicado em 1934 por Pierre de Cenival. Conforme a descrição reportada por Azevedo e Silva (2007), trata-se de um volume encadernado em couro, em bom estado. O manuscrito foi novamente editado em 2007 numa edição integrada por um rico estudo histórico e linguístico. Infelizmente, o texto está disponível apenas em edição impressa.

4.3 Finalização

À luz do levantamento efetuado e das considerações finais, a escolha dos textos recaiu sobre os seguintes textos:

- A *Crônica da Tomada de Ceuta*, em edição crítica de Pereira (1915), por se tratar do texto que abre a tradição historiográfica da Expansão Portuguesa e da História dos Portugueses no Marrocos;
- A *Crônica do Conde D. Duarte de Meneses*, em edição semi-diplomática de Fernandes (2007), por se tratar de um texto escrito pelo mesmo autor da primeira, mas após um período de permanência na África, durante o qual o método historiográfico do cronista mudou radicalmente;
- A *Crônica da Conquista da Guiné*, texto crítico de Bragança (1973): apesar de não tratar diretamente de acontecimentos do Marrocos, testemunha o olhar dos portugueses para outras populações que foram envolvidas nos comércios com os marroquinos e pode constituir um metro de comparação;
- Os *Anais de Arzila*, em edição crítica de Lopes (1915), pois contêm um relato completo dos acontecimentos no norte da África durante a dominação portuguesa e deixam espaço para a narração do cotidiano nesta cidade;
- A *Crônica de Al-Mançor*, texto crítico de Dias Farinha (1997), pelo ponto de vista original sobre os fatos narrados;
- A *Crônica de Santa Cruz do Cabo de Gué*, em texto crítico de João Marinho dos Santos, José Manuel Azevedo e Silva, Mohammed Nadir.

Por fim, mesmo tendo sido excluídas durante a constituição do *corpus* de crônicas a serem lidas integralmente, outros textos coevos servirão para uma contextualização dos dados lexicais levantados e fornecerão uma importante contribuição para se pensar a ocupação territorial como consequência da ascensão ao poder da dinastia de Avis e ponto de partida para uma série de explorações que levam os portugueses à descoberta de novas geografias.

5. Análise dos resultados: a Crônica e a sua relação com a realidade

Em um texto que discute a importância da sistematização das escolhas editoriais na publicação de textos antigos, Castro e Ramos (1986) introduzem o conceito de campo bibliográfico, que assim definem:

Campo bibliográfico [é a designação de] um conjunto estruturado de unidades bibliográficas (livros impressos), organizadas em torno de um determinado texto: o campo de um texto é o grupo formado pelas edições existentes desse texto. Distingue-se da tradição manuscrita por excluir os testemunhos manuscritos que desse texto existam; [...] distingue-se também da tradição impressa [...] por não integrar as edições que, sem exemplares sobreviventes, têm um valor difusório igual a zero. O campo bibliográfico ideal é aquele em que, de um texto, existem no mercado, ou são facilmente acessíveis, exemplares de todos os tipos de edição capazes de satisfazer as necessidades de todos os tipos de leitor potencial (CASTRO, RAMOS, 1986, p.117)

Mais adiante os autores reforçam o conceito, afirmando que, para que um campo se encontre devidamente preenchido, é necessário que sejam respeitados os seguintes parâmetros:

a) saber-se quais as características do texto que requerem tratamento editorial específico [...]; b) estarem identificados os tipos de leitor que constituem o público (ou mercado) potencial do texto, o que implica o conhecimento dos usos que ele poderá ter [...]; c) estarem inventariadas as edições existentes e estabelecido o seu valor com base (i) no rigor filológico com que reproduzem o texto e (ii) na sua acessibilidade e adequação às necessidades do leitor, ou seja, valorizadas quanto à relação do texto-público; d) verificar-se que não há leitores privados do tipo de edição que lhes convém (é a condição das lacunas). (CASTRO, RAMOS, op. cit., p. 117/118);

Foi fundamental nas fases de construção do *corpus* primeiramente o ponto c), que reforçou a ideia da necessidade da catalogação das edições existentes de cada texto. Esta, como se viu, facilitou a escolha dos textos a serem incluídos definitivamente no *corpus*, através do estudo de suas características formais. A *Crônica do Conde D. Pedro* e a *do Sultão Mulei Mahamet* foram excluídas, a primeira por falta de um texto que pode ser pesquisado facilmente e inteiramente e a segunda pela qualidade da edição.

Por outro lado, ao levantar todas as edições disponíveis de um dado texto, aprofundando a sua relação com os manuscritos conhecidos atualmente, o preenchimento das casas do campo bibliográfico apontou para a melhor edição a ser utilizada na pesquisa lexical. Neste caso, a ideia de que estudos linguísticos deverão privilegiar edições diplomáticas ou críticas foi problematizada, já que em alguns casos as edições mais confiáveis do ponto de vista filológico encontram-se esgotadas ou são extemporâneas e ignoram manuscritos recentemente descobertos.

Finalmente, através da verificação do preenchimento do ponto d), a catalogação revelou problemas e incoerências no preenchimento das casas do campo bibliográfico. Em regra, nenhum dos textos levantados durante a catalogação dispõe de um campo completo conforme a definição dos autores. Algumas crônicas, apesar do grande número de publicações, representam exemplos muito claros de “campo pletórico”, em que “há redundância de edições pouco diferenciadas” (CASTRO, RAMOS, op. cit., p. 119), como é o caso das edições da *Crônica da Conquista da*

Guiné.

De forma geral, o estudo da tradição manuscrito e editorial das Crônicas transcendeu os limites da construção do *corpus* e tornou-se um estudo da relação – já proposta por Buescu (1999) e Saraiva (1998) - dos textos com a realidade histórica, quer linguística quer extralinguística, à qual se referem. Neste sentido, não se tratou de uma simples coleta de dados, que seria claramente insuficiente para esgotar a exploração de todas as características dos textos, mas de uma sua análise prévia.

O levantamento de dados, de fato, revelou que as crônicas oficiais são aquelas que dispõem do maior número de testemunhos manuscritos e de edições. Este número se reflete também na disponibilidade de pelo menos um manuscrito ou uma edição digitalizada. Isso significa que a sua importância como fontes para estudos linguísticos e históricos foi reconhecida desde logo e foi sendo fortalecida ao longo dos séculos, passando por uma divulgação antes manuscrita, depois impressa e, finalmente, digital. As crônicas zurarianas são fundamentais no processo de construção de uma memória coletiva portuguesa que assenta nos valores estabelecidos pela religião e pelo poder político. Como se viu no caso da *Crónica da Tomada de Ceuta*, por exemplo, a publicação está ligada à consolidação, testemunhada pela licença reportada no início do texto, da posição do monarca e da identidade portuguesa a seguir às guerras de Restauração e à instalação da Dinastia de Bragança no trono de Portugal. A esta data segue-se uma fase de estabilização em que os reis visam a reordenação interna e externa do Estado. Neste sentido, a publicação de obras históricas e relatos de fatos coevos (relatos de batalhas vitoriosas contra os espanhóis, por exemplo) soma-se às publicações tradicionais – entre outros, textos religiosos impressos em oficinas que se tinham deslocado para o território espanhol durante os anos da União. Quanto às demais obras do autor, como já vimos, as crônicas particulares só foram publicadas no contexto da fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa, pelo abade Correia da Serra. Trata-se do segundo momento de intervenção historiográfica portuguesa. A História dos Portugueses no Marrocos já tinha sido escrita e neste momento reforça-se a escolha da versão a ser utilizada enquanto memória oficial.

Por outro lado, aquelas crônicas que poderiam conter pontos de vista originais devido a uma narração com foco interno aos acontecimentos, permaneceram confiados a poucos manuscritos e só foram publicados tardiamente. O fato de algumas Crônicas terem sido descobertas mais recentemente não muda a situação: enquanto os estudiosos ainda debatem sobre a *Crónica da Conquista da Guiné*, o texto de um autor que parece ter contrariado a versão oficial dos fatos de Alcácer-Quibir e acusado o Rei Desejado de irresponsabilidade é silenciado. Quanto às outras crônicas, a sua publicação poderia até revelar uma intenção de enriquecer com pontos de vista não oficiais os estudos históricos sobre este período, mas o fato de terem ficado praticamente desconhecidos mesmo depois da sua publicação confirma a ideia de ter havido um apagamento cultural, explícito ou não.

Estas reflexões ligam-se à preocupação inicial de que as intervenções sofridas pelo texto ao longo dos séculos possa ter alterado algum conceito fundamental. Levantam-se assim algumas questões que serão aprofundadas em fases sucessivas da pesquisa. Teriam os textos sofrido alguma perda ou ganho a nível de conteúdo ao longo da sua transmissão, seja ela manuscrita ou impressa? Veja-se, a este propósito, o caso da *Crónica de Al-Mançor*, cujo manuscrito original foi revisto pessoalmente pelo autor que interveio para corrigir erros do copista. O caso da *Crónica da*

Conquista da Guiné e da *Crónica do Conde D. Duarte* é oposto: ambas parecem ter sido mutiladas antes de serem divulgadas¹⁷. Quanto à tradição impressa, o perigo de ter havido alguma modificação é maior no caso de edições antigas, por causa da Censura efetuada ao longo dos séculos e do pouco cuidado com a aderência ao original.

A preocupação com a confiabilidade filológica dos textos também permanece, já que em muitos casos não é possível verificar a relação da edição com o original, sendo que o acesso aos manuscritos depende de uma nova viagem à Europa e de estudos que não cabem no tempo à disposição para a pesquisa. Para reduzir o impacto deste problema, tentou-se escolher aquelas edições que apresentam uma descrição completa dos critérios de transcrição e se baseiam em estudos filológicos aprofundados.

6. Conclusão

Neste trabalho apresentaram-se as fases que levaram à composição do *corpus* para a pesquisa *Relatos do contato entre portugueses e mouros...*. O procedimento descrito, além de caracterizar a Crônica como fonte principal e identificar os textos específicos a serem analisados, serviu para levantar um grande número de fontes primárias e de estudos sobre o período em questão, que integraram uma base de dados bibliográfica à qual se trabalhará ao longo de toda a pesquisa. Inclusive, a catalogação levantou questões interessantes sob diferentes vieses. Por um lado, a quantidade e a complexidade de dados recolhidos invalidou o uso das bases de dados tradicionais e motivou o desenvolvimento de uma pesquisa que explore diferentes formas de representação gráfica de *corpora* de informações ligadas. Por outro lado, a verificação do preenchimento das casas do campo bibliográfico, ajudou a entender a relação do escrito com a realidade histórica em que se insere - uma representatividade que no caso da Crônica diz respeito tanto à língua que utiliza, quanto aos fatos históricos que relata. Além de evidenciar vários problemas relativos a aspectos filológicos dos textos, as informações levantadas sugeriram o entrelaçamento entre as suas vicissitudes editoriais e o estabelecimento de uma verdade histórica a ser transmitida enquanto memória oficial da Dinastia de Avis. Neste sentido, as crônicas oficiais foram divulgadas ao longo dos séculos de forma impressa ou manuscrita, enquanto parece que as crônicas “individuais” ficaram no esquecimento e foram resgatadas apenas em tempos recentes. Assim, a escolha definitiva dos textos do *corpus* recaiu sobre Crônicas de caráter oficial e sobre outras de memória individual, permitindo entender e de certa forma contornar o problema da Crônica enquanto portadora apenas de uma verdade oficial.

Referências bibliográficas

Blackmore, Josiah. 1985, “A new manuscript for the Crónica da Tomada de Ceuta”, *Boletim de filologia*, vol. 30: 47-54.

_____, 2008. *Moorings: Portuguese expansion and the writing of Africa*, University of Minnesota Press, Kindle Edition. Adquirido de Amazon.it em junho 2013.

17 Talvez seja interessante, a este propósito, aprofundar o conceito de doutrina do sigilo, introduzido por Veríssimo Serrão (1989) e aplicado ao caso do sequestro da crônica de Afonso Cerveira, dos cortes no próprio texto da *Crónica da Conquista da Guiné* e do silêncio do cronista Lucena.

Brocardo Maria Teresa. 1995, "Editar uma crónica de Zurara", *Cahiers de linguistique médiévale*, volume 20: 257-267.

Buescu, Ana Isabel. 1999, "Cultura impressa e cultura manuscrita em Portugal na época moderna: uma sondagem." *Penélope*, 21: 11-32.

Castro, Ivo, Ramos, Maria Ana. 1986, "Estratégia e tática da transcrição", *Critique textuelle portugaise (Paris, 1981). Actes du colloque*. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, pp 99-122.

Cepeda Isabel Vilarés. 1995, *Bibliografia da prosa medieval em língua portuguesa: subsídios*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal.

Dias Farinha António. 1999, *Os Portugueses em Marrocos*, Lisboa, Instituto Camões.

Dias Farinha António, Bourbon Léon. 1997, *Crónica de Almançor, Sultão de Marrocos (1578-1603), de António de Saldanha / Chronique D'Al-Mansour, Sultan du Maroc (1578-1603), de António de Saldanha*, Lisboa, Instituto de investigação científica tropical.

Dinis, Dias. 1949, "Vida e obras de Gomes Eanes de Zurara", *Introdução à Crónica dos feitos da Guiné*, Vol.I, Lisboa, Agência Geral das Colônias, p. 226-227.

Lombardo Elena, Menezes da Silva Gilcélia, Miranda Bruna, Paixão de Sousa Maria Clara. 2013, "As Crônicas Históricas Portuguesas como fontes para estudos de língua", Comunicação, *VII MiniEnapol de Historiografia Linguística*, São Paulo.

Marinho dos Santos João, Azevedo e Silva José Manuel, Nadir Mohammed, 2007, *Santa Cruz do Cabo de Gué d'Agoa e Narba, Estudo e crônica*, Coimbra, Viseu, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Palimage Editores.

Marquilhas, Rita. 1991, "Norma Gráfica Setecentista: do autógrafo ao impresso". *Série Linguística No 14*. Lisboa, INIC.

Rodrigues, Bernardo. 1915, *Anais de Arzila*, ed. crítica por Lopes, David, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Saraiva, António José. 1998, *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*, Lisboa, Gradiva.

Serrão Joaquim Veríssimo. 1989, *Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes*, 2a edição, Lisboa, ICALP, p. 9-26.

Zurara, Gomes Eanes de. 1915, *Crónica da Tomada de Ceuta*, [1450], ed. crítica por Pereira, Francisco Maria Esteves, Coimbra, Imprensa da Universidade.

_____. 1988, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, ed. Fac-similada da ed. do Abade Correia da Serra, de 1792, por Freitas, José Adriano de, Academia das Ciências de

Lisboa, Porto, Programa Nacional de Edições Comemorativas dos Descobrimentos Portugueses.

_____. 2007, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, edição semi-diplomática e estudo histórico por Fernandes, Adriano, Vila Real, UTAD.